ção de bens e serviços, manter actualizado o inventário e o cadastro dos bens afectos à DGAP, zelar pela conservação de bens móveis e imóveis, manter em depósito o material indispensável ao regular funcionamento dos serviços, assegurar a gestão do parque de viaturas e velar pela segurança e manutenção das instalações.

4.3 — Compete ao Núcleo de Artes Gráficas (NAG) assegurar a actividade de concepção gráfica, paginação, composição e edição electrónica de texto e imagem, montagem, impressão e acabamentos das edições e outros produtos a publicar pela DGAP, bem como gerir o parque gráfico e os respectivos meios.

5 — São criadas, na directa dependência do director-geral, as Divisões de Relações Públicas e Internacionais (DRPI) e de Documentação (DD).

5.1 — Compete à Divisão de Relações Públicas e Internacionais (DRPI) coordenar e apoiar as actividades de âmbito bilateral e multilateral a desenvolver, designadamente no quadro da União Europeia, e as relações institucionais com organismos congéneres nacionais e internacionais, promover a elaboração de relatórios e estudos técnicos, bem como a satisfação de pedidos de informação apresentados pelas instituições comunitárias, pelas instituições dos Estados membros da União Europeia e outras instâncias internacionais, articulando, em razão das matérias, com os diversos departamentos da DGAP, e assegurar o apoio institucional à realização de eventos ou outras actividades em representação da Direcção-Geral.

5.2 — Compete à Divisão de Documentação (DD) organizar e manter o sistema de documentação científica e técnica relacionado com a actividade da DGAP, programar e coordenar a aquisição, permuta e oferta de publicações de origem nacional ou estrangeira, organizar, actualizar e gerir o acervo bibliográfico e documental, participar em redes de informação e cooperar com as entidades gestoras de bases de dados nacionais e internacionais, bem como proceder à implementação de sistemas de gestão de documentos, estudando e propondo normas tendentes à sua uniformização e classificação, e elaborar e actualizar as tabelas gerais de avaliação, selecção e eliminação de documentos, de acordo com a legislação em vigor.

14 de Fevereiro de 2005. — A Directora-Geral, *Maria Ermelinda Carrachás*.

Direcção-Geral dos Impostos

Direcção de Finanças de Lisboa

Despacho n.º 4427/2005 (2.ª série). — *Subdelegações de competências.* — 1 — Nos termos dos n.ºs 1.8 e 8 do n.º II e 2 e 6 do n.º III do despacho n.º 8667/2004 (2.ª série), de 21 de Abril, do director-geral dos Impostos, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 30 de Abril de 2004, dos artigos 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 62.º da lei geral tributária, subdelego nos directores de finanças-adjuntos, na chefe de serviço, nos chefes de finanças e nos tesoureiros de finanças as seguintes competências que me foram delegadas e subdelegadas:

1.1 — No director de finanças-adjunto Francisco António Sá, as constantes das alíneas a) a l) do n.º 7.4 do n.º II despacho mencionado supra;

1.2 — Nos directores de finanças-adjuntos Francisco António Sá, Esmeralda Francisca Neutel de Sousa dos Santos Pinto, Olga Maria Ribeiro Guedes, José Maria Isaac de Carvalho, Acácio do Nascimento Jacob e Jesuino Alberto Madeira dos Santos Alcântara Martins, aprovar o plano anual de férias e suas alterações, relativamente aos funcionários afectos às respectivas áreas funcionais;

1.3 — Na directora de finanças-adjunta Vitória Valério Lampreia Lourenço:

- a) Aprovar o plano anual de férias e suas alterações, relativamente aos funcionários afectos à respectiva área funcional e aos funcionários em funções nos serviços locais do distrito;
- b) Autorizar despesas até ao montante de € 2500, dentro das dotações orçamentais atribuídas à Direcção de Finanças de Lisboa;
- c) Autorizar o processamento dos abonos e despesas motivados pelas deslocações em serviço devidamente autorizadas dos funcionários, depois de obtido o cabimento prévio da Direcção de Serviços Financeiros;

1.4 — Na chefe do Serviço de Administração Financeira e do Material, Soledade Verónica Guerreiro da Conceição, a competência para autorizar despesas até ao montante de € 1000, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

1.5 — Nos chefes de finanças deste distrito:

- a) Autorizar a rectificação dos conhecimentos de sisa, quando da mesma não resulte liquidação adicional;
- b) Autorizar despesas até ao montante de € 1000, dentro dos limites das dotações orçamentais e dos fundos de maneo atribuídos aos respectivos serviços;

1.6 — Nos tesoureiros de finanças deste distrito:

- a) Apresentar ou propor a desistência de queixa ao Ministério Público pela prática de crimes de emissão de cheques sem provisão emitidos a favor da Fazenda Pública;
- b) Autorizar despesas até ao montante de € 1000, dentro dos limites das dotações orçamentais e dos fundos de maneo atribuídos aos respectivos serviços.

2 — Nos termos do despacho n.º 13 938/2004 (2.ª série), de 5 de Julho, do subdirector-geral da área da Justiça Tributária, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 15 de Julho de 2004, subdelego no director de finanças-adjunto Acácio do Nascimento Jacob as competências constantes do n.º II daquele despacho, no âmbito da regularização de dívidas prevista no Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto.

3 — Autorizo os directores de finanças-adjuntos e os chefes de finanças a subdelegar as competências que agora lhes são subdelegadas.

4 — Ficam revogadas quaisquer outras subdelegações efectuadas sobre as matérias objecto do presente despacho.

5 — Este despacho produz efeitos de 28 de Abril a 2 de Maio de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos e despachos entretanto proferidos sobre as matérias objecto da presente subdelegação.

13 de Dezembro de 2005. — O Director, *Manuel Joaquim da Silva Marcelino*.

Direcção de Serviços do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Rectificação n.º 312/2005. — Para os devidos efeitos se declara que a listagem constante da declaração n.º 24/2005 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 1 de Fevereiro de 2005, referente às tipografias autorizadas nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 45/89, de 11 de Fevereiro, e do n.º 1 do artigo 8.º do Regime de Bens em Circulação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de Julho, saiu com inexactidões. Assim, onde se lê:

Número de identificação fiscal	Nome ou designação social	Local de estabelecimento autorizado	Data do despacho ministerial que autorizou a impressão
Concelho de Guimarães			
506968111	Gráfica Nascente — Artes Gráficas	Travessa da Lagarteira, 132, rés-do-chão, Airão, Santa Maria.	14-12-2004

deve ler-se:

Número de identificação fiscal	Nome ou designação social	Local de estabelecimento autorizado	Data do despacho ministerial que autorizou a impressão
Concelho de Guimarães			
506968111	Gráfica Nascente — Artes Gráficas, L.ª . . .	Travessa da Lagarteira, 132, rés-do-chão, Airão, Santa Maria.	14-12-2004